

## Política



IDENTIDADE DE GÊNERO

Comissão regula uso de banheiros

Senado aprova texto definindo utilização baseada no sexo indicado no nascimento



# DESAFIO AO EQUILÍBRIO

## Pacheco se aproxima de Lula enquanto mantém acenos à oposição, mas não escapa de cobranças

LAURIBERTO POMPEU

lauriberto.pompeu@oglobo.com.br

BRASIL

Os recentes acenos do Planalto ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), têm motivado aliados a pressionar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a adotar uma postura mais combativa em relação ao governo. A avaliação de parlamentares é que a conduta do mineiro não ajuda na interlocução dos senadores, que, na prática, querem receber mais benefícios em troca do apoio. Entre as queixas está a estratégia do presidente do Senado de não marcar a sessão que analisa os vetos presidenciais nas emendas de comissão enquanto a base do governo não conseguir um acordo. Em outro sinal de aproximação, Lula e Pacheco vão se reunir no Alvorada na semana que vem.

De olho no futuro político em Minas Gerais e em emplacar o sucessor no comando do Senado, Pacheco mantém uma relação próxima com o presidente, mas sem fechar as portas a adversários do PT. Manter seu grupo político coeso e ter cacife para voos eleitorais maiores em um estado na prática dividido têm exigido de Pacheco um cálculo milimétrico: ser próximo ao governo sem estar associado ao lulismo; e ter a simpatia da oposição, guardando distância do discurso bolsonarista.

## SINAIS À DIREITA

Assim, ao mesmo tempo que segura a sessão de análise dos vetos, na qual o governo pode sair derrotado, prepara o terreno para a votação de um pacote de propostas de interesse do bolsonarismo, como a que estabelece mandatos para ministros do Supremo Tribunal Federal e outra que criminaliza a posse de qualquer quantidade de maconha, além de trabalhar para o fim da reeleição, o que desagrada petistas.

—A linha deve ser concretizar o que interessa ao Brasil. Boa parte disso converge com o alinhado governo. A parte que não converge, o importante é haver compreensão da divergência e respeito recíproco — disse Pacheco ao GLOBO.

Em outro aceno recente à oposição, Pacheco pautou a proposta que proíbe a "saldinha" de presos em datas comemorativas. A iniciativa é uma demanda antiga de bolsonaristas, e o senador Flávio



Sinais duplos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao lado de Rodrigo Pacheco: os dois vão se encontrar semana que vem no Palácio do Alvorada

## JOGO CALCULADO

Presidente do Senado tenta se equilibrar entre o Planalto e o bolsonarismo

## ACENOS AO GOVERNO

**Vetos presidenciais**  
Pacheco tem protegido a sessão do Congresso para analisar vetos do presidente Lula, como o que cortou R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão. A decisão de governo é dada como certa.

## Encontro no Alvorada

Está previsto que Pacheco leve líderes do Senado para um encontro com Lula no Palácio da Alvorada na semana que vem. A reunião é uma forma de marcar a aproximação, assim como já ocorreu entre Lula e deputados.

## ACENOS À OPosição

**Pacote de votações**  
O presidente do Senado prepara a votação de propostas de interesse do bolsonarismo, como fixação de mandatos para ministros do STF e a criminalização da posse de qualquer quantidade de maconha.

## Crítica a Lula

O senador criticou declaração de Lula comparando a ofensiva de Israel na Faixa de Gaza ao Holocausto. Em plenário, o presidente do Senado defendeu uma retratação pública.

## OS INTERESSES DE PACHECO

**Successão no Senado**  
Ele tenta emplacar o senador Davi Alcolumbre (União-AP) como seu sucessor na presidência da Casa, em fevereiro do ano que vem.

## Eleição de 2026

Pacheco avalia disputar o governo de Minas Gerais nas eleições de 2026. No estado, Lula venceu Bolsonaro por uma margem pequena de votos.

Bolsonaro (PL-RJ), filho mais velho do ex-presidente Jair Bolsonaro e relator do projeto, agradeceu o presidente do Senado por viabilizar a aprovação. Em outubro do ano passado, o próprio Bolsonaro já havia elogiado Pacheco pelo avanço do texto que limita decisões individuais de ministros do Supremo.

A estratégia de não desgradar a nenhum dos lados é vista por aliados como cômoda para o presidente do Senado, mas prejudicial aos parlamentares. Senadores do PSD, por exemplo, relatam que têm dificuldades

até mesmo de serem recebidos por ministros da sigla, como Alexandre Silveira (Minas e Energia) e Carlos Fávaro (Agricultura).

Nesse sentido, integrantes do partido já trabalham para apresentar um nome próprio para a sucessão no Senado, resistindo a apoiar de forma automática a candidatura de Davi Alcolumbre (União-AP), o favorito de Pacheco.

Mesmo próximo ao Planalto, não é raro ver Pacheco discordar de posições adotadas por Lula. A mais recente foi a declaração em que presidente comparou a ação militar de

Israel na Faixa de Gaza ao Holocausto. Em plenário, o presidente do Senado defendeu uma retratação pública. Aliados contemporizaram depois o tom de cobrança e creditaram a fala ao intuito de alertar o governo para entrar em conflito desnecessário — o posicionamento de Lula desencadeou uma crise diplomática com o governo de Benjamin Netanyahu. No dia seguinte, o próprio Pacheco disse que nada "abala" a relação com Lula.

O presidente do Senado recebeu do governo a sinalização de que primeiro é preciso que o Poder Executivo zele

articulação política com a Câmara, onde a pressão é maior do que no Senado. A preocupação, sobretudo, é buscar uma solução aos vetos que invalidam decisões do Congresso, como o que cortou R\$ 5,6 bilhões das emendas de comissão. O senador está segurando a marcação da sessão com senadores e deputados para analisar os vetos enquanto o governo não consegue firmar um acordo.

Um tema que é representativo de como o presidente do Senado se equilibra entre interesses conflitantes é o da desoneração dos setores que

mais empregam. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, articulou uma MP que reconera as empresas.

Pacheco foi cobrado por diversos parlamentares a devolver a medida, ou seja, torná-la sem efeito. Ele não adotou este caminho, mas, após Lula assinar a revogação de trechos da MP, mantendo a desoneração dos 17 setores, tratou a solução como parcial e defendeu que as prefeituras também sejam contempladas.

## ELEIÇÕES EM MINAS

Pelo lado do Palácio do Planalto, Lula aposta em Pacheco justamente como um contraponto à postura mais incisiva de Lira e como uma via para retomar força em Minas. Na parte do plano que mira as urnas, o presidente classificou o aliado, em entrevista à rádio Itatiaia, como "uma figura que tem que ser levada em conta em qualquer discussão eleitoral". O plano é incentivar o senador a disputar o governo mineiro em 2026, numa tentativa de derrotar nome ligado ao bolsonarismo. Para ganhar relevância, Pacheco ganhou de Lula o trunfo de ser o articulador da renegociação da dívida que assola a gestão de Romeu Zema (Novo), adversário de ambos.

O deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) defende uma aliança entre PT e PSD para o governo de Minas, daqui a dois anos, com candidaturas de consenso. A iniciativa estava em uma etapa anterior, já que ainda há desalinhamento entre as siglas nas negociações para a corrida à prefeitura.

—Vamos construir juntos. O ideal é uma composição na chapa majoritária, governador e senador — diz Lopes. Ainda que tente agradar os dois lados, o senador também entra em atrito com ambos. Ele, por exemplo, já discutiu publicamente com o presidente do PT, Gleisi Hoffmann, sobre uma proposta que limita a atuação do STF e a respeito de outra que pretende acabar com a reeleição para cargos no Executivo. Ele também já foi chamado de "frouxo" pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, após operações da Polícia Federal que atingiram parlamentares. Pacheco retrucou afirmando ser difícil manter diálogo com "quem faz da política um exercício único para ampliar e obter ganhos com o fundo eleitoral".

## Presidente do Senado diverge de Lira e critica 'PEC da blindagem'

Em outra frente que pode gerar insatisfação de deputados, o presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) criticou uma proposta que visa proibir operações de busca e apreensão contra parlamentares dentro das dependências do Congresso. A ideia vem sendo discutida na Câmara

com o apoio do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

—Não é razoável pensarmos a proibição de medidas cautelares contra qualquer tipo de segmento ou de autoridade pública. Isso é um meio de investigação dado ao direito de quem investiga poder coletar provas — disse

Pacheco. —Obviamente isso tem que ter critério, forma, é preciso ter equilíbrio nesse trato, mas uma proposta que extingue essa possibilidade eu acho muito difícil de avançar, especialmente por algum vício de constitucionalidade.

Lira e líderes da Câmara es-

tudam apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limite o acesso de forças de segurança às dependências do Congresso. A articulação é uma reação após os deputados bolsonaristas Carlos Jordy (PL-RJ) e Alexandre Ramagem (PL-RJ) serem alvos de operações da Polícia

Federal. Jordy é suspeito de participar de atos golpistas, enquanto Ramagem é investigado por monitoramentos feitos pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) enquanto ele comandou o órgão.

Uma das hipóteses à mesa é mudar o foro de parlamentares. Desta forma, crimes rela-

cionados aos mandatos poderiam passar por outros tribunais antes de chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em outra proposta discutida na última terça-feira, caciques partidários sugeriram restabelecer, também por meio de uma PEC, a inviolabilidade de investigação garantida pela Constituição de 1988, fazendo com que o início de apuração contra deputados seja submetido ao Congresso.